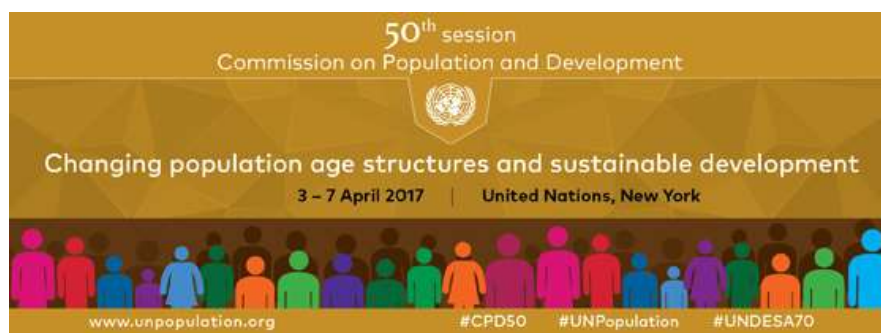




Atualização

maio de 2017

Comissão da ONU discute como atender às necessidades de uma sociedade global em processo de envelhecimento



No início de abril, a Comissão da ONU sobre População e Desenvolvimento reuniu-se para discutir a mudança demográfica etária ao redor do globo e como essa tendência pode ser aproveitada para o desenvolvimento em

algumas das regiões menos desenvolvidas do mundo. Segundo um relatório da comissão, a principal tendência global em termos demográficos etários é que, de forma geral, a população mundial está envelhecendo. A projeção é que de 2015 a 2050, a porcentagem da população mundial acima de 64 anos de idade aumentará de 8% para 16%. Para enfrentar essas mudanças, as políticas e investimentos precisarão ser alterados tanto no nível global quanto nacional a fim de garantir que a contribuição econômica e laboral da população economicamente ativa (de 25 a 64 anos) seja suficiente para prover as necessidades de crianças (de 0 a 14 anos), jovens (de 15 a 24 anos), e idosos (acima de 64 anos). Embora o envelhecimento vá ser experimentado por todas as sociedades do globo, é importante observar que as respostas a esta tendência variarão enormemente por região conforme aspectos demográficos muito diferentes que se dão atualmente em cada continente. A comissão projeta as seguintes mudanças continentais na porcentagem de pessoas acima de 64 anos:

- Europa: de 18% em 2015 a 28% em 2050
- América do Norte: de 15% a 23%
- América Latina e Caribe: de 8% a 20%
- Oceania: de 12% a 18%
- Ásia: de 8% a 18%
- África: de 3% a 6%

Sociedades em processo de envelhecimento, cujo surto temporário na taxa de nascimentos ocorreu várias décadas atrás (Europa e América do Norte, por exemplo), provavelmente procurarão dar conta desta tendência fortalecendo os sistemas de proteção social (como pensão e sistema de saúde), aumentando a idade oficial para a aposentadoria, e investindo em inovações em medicina que possam prolongar os anos em que o indivíduo continua fisicamente

apto para o trabalho. Essas sociedades poderão gradativamente reconhecer os benefícios da imigração para os seus desafios enquanto população em processo de envelhecimento, pois a imigração tende a infundir adultos economicamente ativos nas sociedades, muitos dos quais têm filhos. Elas também poderão encorajar maior abertura dos locais de trabalho para mulheres através de políticas que reduzam as tensões entre família e trabalho que historicamente têm forçado as mulheres a escolher, até certo ponto, entre entrar para o mercado de trabalho formal e ter filhos. Essas mudanças permitiriam às mulheres maior capacidade de contribuir para a produtividade econômica e apoiar a população jovem e infantil.

As populações de sociedades jovens (África e Ásia, por exemplo) historicamente têm tido altas taxas de natalidade, porém não chegam à idade madura devido à alta taxa de mortalidade infantil e aos cuidados de saúde limitados. Na África, este fenômeno criou um cenário no qual 62% da população têm menos de 25 anos, e onde a maior parte dos recursos deve estar dedicada ao provimento de crianças dependentes e não ao desenvolvimento. Devido a melhorias nos serviços reprodutivos e de saúde, assim como nas intervenções de saúde infantil, as taxas de nascimento e mortalidade infantil começaram a diminuir, e as sociedades jovens poderão estar em posição de colher grandes benefícios à medida que seu contingente de crianças e jovens atinge a idade de participação ativa na força de trabalho. A fim de "aproveitar o dividendo demográfico", a comissão afirmou que essas sociedades precisarão garantir acesso universal aos serviços de planejamento familiar, manter as meninas na escola a fim de evitar a gravidez prematura, continuar a melhorar os serviços de saúde, e realizar reformas econômicas que garantam um crescimento econômico inclusivo de todos os grupos marginalizados e amplo o suficiente para oferecer trabalho decente para a crescente população economicamente ativa.

Mais dados do relatório da comissão estão disponíveis aqui:

http://www.un.org/en/development/desa/population/commission/pdf/50/MS_Briefing_03Mar2017_Bravo_Presentation.pdf

Negociações na ONU sobre o Tratado para Proibir Armas Nucleares

Por Stacy Hanrahan, CND

Em 16 de dezembro de 2016, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução emblemática para as negociações de um tratado para proibir armas nucleares, conduzindo à sua eliminação. O tratado não pretende limitar o número de armas nucleares, nem impedir novos países de obtê-las mas, ao invés disso, declará-las ilegais e, depois, eliminá-las.



Negociações iniciais do tratado aconteceram de 27 a 30 de março. Os eventos envolvendo as negociações não foram auspiciosos. Os EUA, juntamente com outras potências nucleares, boicotaram a reunião. A seguir, quando o governo sírio usou gás contra sua própria população, o governo dos EUA respondeu militarmente. Algum tempo depois, jogaram uma mega bomba no Afeganistão. Essas ações salientaram a necessidade urgente da proibição.

Uma lista parcial das motivações, princípios e resultados desejados de um tratado desse tipo deixa poucas dúvidas quanto aos seus imperativos:

- nove nações com armas nucleares possuem juntas um número de armas estimado em 14.900;
- mais de 90% estão nos arsenais dos Estados Unidos e Rússia
- mais de 120 nações que acreditam que as armas se destinam a infligir danos humanitários catastróficos estão participando ativamente nas negociações do tratado;
- representantes de instituições científicas, médicas, militares, humanitárias, ecológicas, ambientais e religiosas estão exigindo tal acordo;
- as armas nucleares ficariam proibidas sob as leis internacionais, colocando-as sobre a mesma base jurídica das armas químicas e biológicas;
- o Tratado de Proibição não depende do apoio ou participação das nações nucleares. Nenhuma nação terá poder para vetar a adoção do tratado.

Para mais informações, veja: ICAN.org

Mudada para sempre: uma última reflexão sobre meu estágio na UNANIMA

por Colleen Jackson, RSC

Estou rapidamente me aproximando do fim de um estágio de três meses na UNANIMA e na ONU. É difícil descrever em poucas frases o impacto deste período, mas é suficiente dizer... "fui mudada ... para sempre" (do musical "Wicked"). Passei minha vida envolvida em movimentos de base - mais recentemente trabalhando com requerentes de asilo que sofreram tortura e trauma - e esta experiência ampliou e expandiu meu entendimento acerca da natureza complexa da pobreza, do sofrimento humano, do desenvolvimento sustentável e dos esforços globais necessários para criar igualdade, justiça e direitos humanos para todos. Apesar das deficiências e limitações, a ONU é uma fonte potente de pesquisa, planejamento e ação globais. Para mim, isto ficou particularmente exemplificado no extraordinário plano de ação global unificado da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Juntamente com o chamado do Papa Francisco através da *Laudato Si*, este é um momento histórico. Somos convocadas a por fim na pobreza extrema, a lutar contra a desigualdade e a injustiça, e a frear o ritmo da

mudança climática. Em particular, algumas questões têm ocupado minha imaginação e minha consciência:

1. Igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas. O ODS 5 pede o fim de todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares, e a eliminação de todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo tráfico, exploração sexual e outros tipos de exploração. A Comissão sobre a Situação das Mulheres destacou evidências de que a legalização da prostituição (incluindo em meu país natal, a Austrália, e nossa vizinha, Nova Zelândia), ao invés de proteger as mulheres, está perpetuando o tráfico humano e a exploração sexual. O "modelo nórdico", onde as vítimas são

descriminalizadas e a compra ou arranjo de prostituição tornam-se crimes, é visto como a única maneira de proteger os direitos humanos e a dignidade das mulheres. A Irlanda é o mais recente país a promulgar esse tipo de legislação.



2. O impacto da "economia informal" (cerca da metade da força de trabalho mundial). Em particular, trabalhadores domésticos, mais de 80% dos quais são mulheres, com poucas proteções em termos de pagamento, condições, horário de trabalho, auxílio doença e licença maternidade. Como cozinheiras, faxineiras, jardineiros e ajudantes são pagos e protegidos? Estamos contribuindo para a perpetuação dessa injustiça? O que falta para que todas as pessoas no mundo, independentemente de gênero e idade, desfrutem das proteções sociais que garantem acesso igualitário aos cuidados de saúde, educação, emprego satisfatório e segurança econômica com dignidade? (ODS 1, 3, 5, 8, 10)

3. Água e saneamento. Na "Rio+20", todos os estados se comprometeram com o direito humano à água potável e ao saneamento seguros" e reconheceram que a "água está no centro do desenvolvimento sustentável" (ODS 6). A descoberta de que a comoditização e a privatização da água (incluindo a embalagem e venda de água engarrafada!) estão contribuindo para a pobreza hídrica no planeta me chocou e

mobilizou. As interrelações entre os vários ODS ficam sempre transparentes quando a água está envolvida. Cuidado pela Terra, mitigação da mudança climática e proteção das fontes de água são parte integrais da paz mundial, da erradicação da pobreza e da interrupção dos atuais movimentos em massa de refugiados ao redor do globo.

4. Mudança climática e cuidado pela Terra. Irrevogavelmente, entendo, após esses meses na ONU, que a ação climática está relacionada a praticamente todos os esforços para criar justiça global e desenvolvimento sustentável. Já não posso mais "deixar isso

para os ecologistas". Direitos humanos, paz mundial, erradicação da pobreza e igualdade de gênero estão inextricavelmente vinculados a como cuidamos dos recursos de nossa Terra. Não deixar ninguém para trás implica que todos nós assumiremos a responsabilidade de cuidar de nossa Terra.

Por isso, sim, eu fui mudada para sempre.

Dê-nos a consciência necessária
para compreender o que estamos enfrentando,
para enxergar o que estamos observando
e para dizer o que vemos
de modo que os demais, ao nos
ouvirem,
possam também desafiar a pressão
decorrente
de estar divergindo.

Dê-nos a coragem de que necessitamos
para confrontar essas coisas
que comprometem nossas consciências
ou que ameaçam nossa integridade.

Dê-nos, principalmente,
a coragem para seguir os que estão à nossa frente
e que recusaram o que está errado, mudando-o,
sem se importar com o custo para si mesmos.



(da "Oração pela consciência e coragem", Joan Chittister;
fonte da foto: Woodland Trust)

Indicadores ODS: Montando as peças que faltam na Agenda 2030



Quando a Assembleia Geral da ONU adotou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, ela lidou com uma tarefa monumental da Comissão de Estatística da ONU: criar um conjunto de indicadores (maneiras específicas de mensurar) de progresso para os 17 objetivos. Esta peça da agenda de desenvolvimento é absolutamente crucial, pois vivemos em uma era orientada por dados; líderes e financiadores de projetos de desenvolvimento têm aversão a assumir um projeto a menos que ele tenha

evidência numérica do problema que irá tratar e um plano viável para a coleta de dados capazes de demonstrar seu impacto sobre aquele problema. Portanto, é improvável que respondamos a quaisquer questões ou necessidades de qualquer população sobre a qual carecemos de dados.

Depois de vários meses de negociações com os estados membros e algumas contribuições da sociedade civil, a Comissão de Estatística e um grupo de especialistas de diversas agências da ONU (IAEG, na sigla em inglês) chegaram a um acordo geral sobre um conjunto de 232 indicadores. Eles se reuniram em março passado para finalizar sua recomendação ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC, na sigla em inglês) e à Assembleia Geral. Também recomendaram que o ECOSOC adote os indicadores e o plano desenvolvido pelo IAEG para a coleta de dados. Esta estrutura de indicadores, “[indicator framework](#)”, (disponível somente em inglês até o momento: <http://bit.ly/2rmWIwv>) deve ser voluntária e conduzida por país, o que significa que nenhum estado membro

está legalmente obrigado a coletar dados sobre os indicadores recomendados, que os órgãos nacionais de estatística liderarão o esforço de coleta de dados, que os estados serão consultados sobre todos os modelos



usados para estimar os dados sobre sua condição quando estes estiverem indisponíveis, e que os estados serão os proprietários dos dados coletados em sua própria população e território. A Comissão de Estatística também se propôs a conduzir um refinamento anual dos indicadores escolhidos e realizar uma revisão completa de sua efetividade a cada cinco anos. Finalmente, a Comissão de Estatística pediu que todos os estados, ONU, agências e parceiros internacionais aumentassem seu apoio logístico e monetário para os esforços de coleta de dados e que o secretário geral da ONU promovesse a transparência no processo de monitoramento dos ODS mantendo um banco de dados públicos dos indicadores de ODS acordados, cujo conteúdo possa ser incluído no relatório anual de progresso dos ODS.

O próximo passo para a estrutura de indicadores dos ODS é a discussão e o refinamento a ser realizado pelas delegações políticas do ECOSOC entre abril e julho de 2017. A seguir, ela avançará para a implementação por parte da Assembleia Geral. Só então essa crucial peça operacional da maquinaria dos ODS estará em vigor, tornando a Agenda 2030 integralmente funcional. (Fonte da ilustração no alto: *New York Times*)

Campanha contra a xenofobia agora em andamento



Na cúpula de alto nível da ONU sobre refugiados e migrantes ocorrida em setembro de 2016, a ONU lançou a campanha JUNTOS contra a xenofobia e pela inclusão social de todas as populações migrantes. A campanha visa engajar todas as agências da ONU e estados membros, assim como todas as facções da sociedade civil em um esforço conjunto para responder à

discriminação contra migrantes, promovendo "respeito, segurança e dignidade para todas as pessoas forçadas a abandonar suas casas em busca de uma vida melhor". A campanha difere imensamente de tratados intergovernamentais, acordos ou declarações políticas, no sentido de que fomenta a mudança social lançando sementes de tolerância, contato e apreciação interculturais através de projetos comunitários iniciados e executados por escolas, comunidades religiosas e outros grupos locais. Essa abordagem demonstra um entendimento por parte do sistema ONU de que a mudança social e o desenvolvimento são processos de baixo para cima que podem ser colocados num palco grandioso no nível global, mas que são alcançados no nível local através da apropriação local. Uma das maneiras com que a ONU está procurando facilitar essa onda de ativismo comunitário unificado é gerenciando uma plataforma online para a contação de histórias. O website permite que as pessoas que trabalham na promoção da solidariedade e erradicação da xenofobia em suas comunidades compartilhem seus processos e êxitos, esclarecendo as contribuições positivas de migrantes e refugiados para suas comunidades. Se você busca inspiração dos trunfos diários da solidariedade humana, visite a página da publicação online Join Together: <https://medium.com/join-together/sharing-small->

[stories-of-solidarity-87f62c41960d](#). Se você tiver alguma história para compartilhar com os demais na comunidade global que talvez esteja considerando se juntar ou iniciar algo próprio, você pode enviá-la para together@un.org ou publicá-la nas páginas de sua mídia social usando a hashtag #jointogether. Caso você realmente decida compartilhar um história, certifique-se de nos avisar escrevendo para info@unanima-international.org.

Vozes indígenas cantam pela Justiça na Terra na ONU

No final de cada abril, o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas traz uma onda de cores, canções e espiritualidade para a sede da ONU. O fórum serve como espaço em que povos indígenas do mundo inteiro podem esclarecer as preocupações particulares que têm quanto ao desenvolvimento, à



paz e à segurança, os desafios que enfrentam e as soluções que oferecem enquanto povos indígenas. Este ano, a UNANIMA se uniu a integrantes do Grupo de Trabalho de ONGs sobre Mineração e outras ONGs religiosas patrocinaram a participação de uma delegação de povos indígenas representando a REPAM, a Rede Eclesial Pan-amazônica.



A REPAM criou uma escola de direitos humanos que recentemente distinguiu 13 casos específicos de abusos de direitos humanos relacionados à destruição industrial do meio ambiente por toda a América Latina. Antes da chegada à Nova York, a delegação da REPAM levou sete desses casos à Corte Interamericana no capitólio dos Estados Unidos. Durante essa semana em Nova York, eles tiveram a oportunidade de participar de vários eventos pela cidade e arredores, incluindo falar para a sociedade civil em diversos eventos paralelos ao Fórum e reunir-se com o representante permanente do Brasil na ONU, o relator especial para questões indígenas e a delegação da Santa Sé.

Os delegados da REPAM falaram com paixão, poesia e convicção sobre o impacto da degradação ambiental à sua subsistência, cultura e identidade como povos da Amazônia. Sua perspectiva única ajudou os participantes a reenquadrar a "mudança climática"



como um

processo pelo qual a Mãe Terra está se curando de uma enfermidade na qual a terra, a água, o ar e as pessoas sofrem juntas. Lyla June Johnsen, uma educadora do povo Diné do sudoeste da América do Norte serviu como respondente em uma das mesas redondas da REPAM, e deixou uma forte impressão nos participantes quando apontou para fora da janela no alvoreço da cidade de Nova York e afirmou: "dizem que isto é civilização. Nada é mais primitivo do que isso. Aqui estamos vendendo nossos próprios netos". O que é mais importante, eles ofereceram sua tradicional sabedoria local como forma de participar na cura de nosso mundo sobrecarregado. Armino Goés do povo Yanomami do Brasil, enfatizou o empoderamento das pessoas para curar através da educação. Mudança de cultura, afirmou ele, não é transferência de conhecimento, mas despertar os demais para a verdade que existe dentro deles. Um vídeo curto sobre o trabalho da REPAM está disponível aqui em português com legendas em outros idiomas: <http://bit.ly/2roFmzb>. O grupo também produziu uma série de programas de rádio sobre a Laudato Si', disponível em inglês (<http://bit.ly/2q7i1gJ>) e espanhol (<http://bit.ly/2roPAzV>). (fonte das fotos no alto e embaixo: REPAM)

UNANIMA se despede de outra excelente estagiária



No mês passado, o contingente da UNANIMA em Nova York despediu-se carinhosamente de Collen Jackson, RSC. Collen foi uma grande adição à equipe no escritório em Nova York. Somos muito gratas pelo conhecimento e compaixão que ela trouxe para o nosso trabalho a partir de sua experiência como apoiadora e de sua prática na defesa de migrantes detidos na Austrália. Também fomos beneficiadas em muitas ocasiões com sua habilidade e tenacidade na

superação de obstáculos tecnológicos no escritório. Todas nós sentiremos a sua falta!

Flash de notícias:

- Jean Quinn, **DW** fundadora do Sophia Housing em 1997, uma organização nacional que cuida e apoia pessoas com saúde mental e adições complexas em situação de rua.

Denis Doherty, presidente da Sophia Housing, afirmou que "vinte anos após a visão e liderança de Jean estabelecer uma organização que não apenas procura responder às necessidades habitacionais das pessoas, mas também procura criar um modelo inovador de cuidado para as pessoas que estão passando pela situação de rua, temos a sorte de que Jean continue a integrar conselho de diretores".



Um uma visita recente à Irlanda, Fran Gorsuch, presidente do conselho da UNANIMA International, teve a oportunidade de visitar Sophia e conhecer sua colaboração com as religiosas da Irlanda na solução de questões de falta de moradia. Ela afirmou que se impressionou com o nível de apoio que Sophia oferece a seus residentes, especialmente às famílias e homens que deixam a prisão.

- O Comitê Estudantil da Unesco no Collège Sainte-Anne em Lachine (Montreal, Quebec, Canadá), supervisionado pelo diretor do Departamento de Animação Comunitária e Espiritual, realizou um evento ONU Modelo em 6 e 7 de abril de 2017. Para realizar o evento durante a Semana de Direitos Humanos, o Comitê



Estudantil contou com a assistência da delegação das Nações Unidas da Univerité de Montréal, que tem três ex-alunos do Collège Saint-Anne entre seus membros. Renaude Grégoire, do escritório de Justiça Social das **Irmãs de Sant'Ana**, fez uma breve apresentação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e apoiou os estudantes em suas negociações a adquirir uma melhor compreensão dos dois temas escolhidos: trabalho decente e mudança climática. Os estudantes da escola secundária que participaram do evento ONU Modelo se tornaram cientes dos desafios e das oportunidades envolvidas no diálogo entre diferentes nações.

- Maria José Meira, a irmã provincial das **Carmelitas de Vedruna** em 13 países americanos onde as irmãs estão em missão, visitou as irmãs de Vedruna nos Estados Unidos em abril e passou um dia em Nova York nas Nações Unidas e na UNANIMA. Maria José é do Brasil e guarda um lugar especial em seu coração para a UNANIMA. Ela se lembra de nossa intervenção e apoio aos camponeses brasileiros que perderam suas terras numa disputa sobre direitos com grandes proprietários de terras (Dandara 2011). Muitos aspectos de sua visita a



impressionaram, mas Dedé repetiu a mesma ideia algumas vezes: "como elas/nós fazemos tanto, quando o espaço e a equipe são tão pequenos"? Um eco de muitas que passam pelo escritório...mas, Dedé acredita fortemente no poder de Ruah. Nós vemos a Sua sagrada presença em todos os lugares. Dedé e Maureen agradecem à equipe da UNANIMA pela acolhida amável.